

Uma comissão formada pelas Universidades Federais de Ensino Superior Público do país, a saber: UFSCar, UFSC, UFRGS, UFF, UnB, UFC, UFMT, UFU, UFMG, UFPE, reunida por solicitação do secretário de Ensino Superior, prof. Amaro Lins, nos dias 2 e 3 de maio de 2012, nas dependências do MEC, organizada em duas equipes com dois representantes de cada IFES (Instituição Federal do Ensino Superior) – um para língua inglesa e outro para Educação a Distância – discutiram um plano de ação com o objetivo de desenvolver a proficiência em língua inglesa de estudantes das IFES para ampliar as possibilidades de participação dos mesmos em programas como o “Ciências Sem Fronteiras”.

A comissão constituída compreendeu que são necessárias medidas de curto, médio e longo prazo, defendendo ações estruturantes que possibilitem que esta política seja uma política de Estado e não somente de governo. A formação em língua estrangeira que possibilite a proficiência na língua não é um processo isolado em que uma única ação possa resolver um problema que há décadas vem se consolidando. Essa situação já vem sendo discutida e apontada no meio acadêmico de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras há muito tempo. O quadro de inscrições ao Programa Ciências Sem Fronteiras demonstra a séria situação dos estudantes das IFES que, por não terem conhecimento de línguas estrangeiras, acabam sendo excluídos dos processos de seleção de programas de intercâmbio. A situação que ora enfrentamos exige muito mais do que um movimento individualizado, de cada IFES, para solução do problema, mas uma articulação nacional, envolvendo as iniciativas de todas as Instituições, não somente as circunscritas no âmbito federal, mas também as do âmbito estadual, importantes universidades de nosso país, com o objetivo principal de reversão dessas estatísticas e promoção da real internacionalização de nossos estudantes. O objetivo é incluir e compartilhar boas ideias e iniciativas de todas essas IPES (Instituições Públicas do Ensino Superior) que se utilizaram da verba pública para desenvolvimento de suas atividades. Essas iniciativas poderão beneficiar um contingente maior de pessoas e a inclusão de todas as IPES permitirá democratizar as soluções para o problema enfrentado.

A comissão projetou um quadro de ações que pode ser avaliado a seguir. O projeto foi dividido em três partes, considerando as ações previstas para curto, médio e longo prazo, apontadas as alíneas previstas para financiamento de cada etapa.

Será necessário, em consequência, que se estime o potencial de atendimento de cada IFES com relação ao número de estudantes que atendam ao perfil necessário para o intercâmbio no “Ciências Sem Fronteiras”. Esta ação permitirá que a comissão possa orçar os valores de custo estudante para cada ação e assim delimitar quantas pessoas poderão ser beneficiadas nas diferentes etapas, visando ao atendimento final global dos estudantes de Ensino Superior Público do país.

Estão descritas a seguir as propostas feitas para cada etapa e esperamos, com estas indicações, poder alterar o quadro que ora se apresenta no cenário nacional.

A COMISSÃO

ACÕES DE CURTO PRAZO – julho de 2012 a fevereiro de 2013

São sete (7) as ações previstas para esta etapa, a saber:

1. Levantamento de potencial a ser atingido pelas IFES;
2. Teste para Nivelamento e Diagnóstico;
3. Levantamento de materiais já produzidos pelas IPES que possam ser compartilhados;
4. Levantamento, roteirização e catalogação de materiais disponibilizados pela internet com acesso livre;
5. Cursos Intensivos
6. Cursos de Imersão;
7. Cursos Semi-Intensivos.

Cada uma delas será descrita de forma geral com indicações de alíneas que devem ser previstas para sua execução. Importante salientar que o orçamento final dependerá dos números enviados pelas IFES sobre quantitativo de atendimento, mas uma planilha orçamentária com estimativa de valores já está sendo produzida por membros da comissão assessorados por servidores da SESU.

Importante mencionar também que as ações 1 e 2 são consecutivas, ou seja, a ação dois só poderá ser realizada após estimativa do número de estudantes a serem atendidos. As ações 3 e 4 poderão ser concomitantes e seguidas pelas etapas 5, 6 e 7. Uma melhor visualização do processo poderá ser verificada na proposta de cronograma indicada ao final deste documento.

1. LEVANTAMENTO DE POTENCIAL A SER ATINGIDO PELAS IFES

Descrição: Nesta etapa, as IFES deverão encaminhar à SESU, em prazo estabelecido por essa secretaria, o número de estudantes que atendem ao perfil da candidatura ao programa Ciências Sem Fronteiras. Este quantitativo indicará o potencial máximo de cada IFES para participação no programa.

Responsáveis: Reitores das IFES

2. TESTE DE NIVELAMENTO

Descrição: Para que esta etapa possa ser realizada neste momento, a comissão entende que deverá ser adquirido um teste de nivelamento único para ser aplicado nacionalmente com os estudantes que apresentem o perfil para a candidatura ao programa Ciências Sem Fronteiras.

A Comissão sugere que o teste de nivelamento esteja embasado nos descritores do *Common European Framework*, como, por exemplo, o teste de nivelamento on-line **Cambridge English Placement Test**, **Oxford Placement Test** ou ainda o **TOIC**, que mantém forte correlação com o TOEFL, teste exigido para a maioria das universidades anglófonas. **Vale dizer que a Comissão espera ser consultada sobre o teste a ser adotado para que possa avaliar as relações de custo-benefício de cada um.**

A Comissão ressalta que esta é uma medida emergencial, sendo necessário que, em médio prazo, seja desenvolvido um teste de nivelamento elaborado pelas universidades por entender que elas têm a expertise necessária para realizar tal tarefa

e por conhecerem as características e as necessidades dos estudantes brasileiros do Ensino Superior.

Responsáveis: MEC/SESU e Comissão

ALÍNEAS PREVISTAS:

- Pessoa Física/bolsas para organização do teste de nivelamento (produção, aplicação e correção do teste)
- Aquisição de Material para o teste – PJ/permanente
- Contrapartida: Infraestrutura por conta da IES (prevendo a possibilidade de aplicação de prova ou por computador ou por material impresso utilizando o espaço físico da universidade aos fins de semana)

3. LEVANTAMENTO DE MATERIAIS JÁ PRODUZIDOS PELAS IPES QUE POSSAM SER COMPARTILHADOS

Descrição: Há muitos materiais já desenvolvidos com financiamento de verba pública como, por exemplo, as disciplinas desenvolvidas para os cursos de Letras-Inglês da UAB ou materiais desenvolvidos por iniciativa própria dos docentes das IPES. É fundamental, em um momento de ação emergencial, que se considere esses materiais para uso imediato e compartilhado pelas IPES envolvidas. É por esta razão que a Comissão entende que as Universidades Estaduais possam estar envolvidas nesta proposta, pois temos conhecimento de bons materiais também produzidos por elas e que poderiam compor o menu de materiais didáticos ofertados às IPES. Para tanto, será necessário que se faça esse levantamento e que as IPES disponibilizem seus materiais, indicando sua equivalência aos descritores do *Common European Framework (A1, A2, B1, B2,...)*, permitindo fácil acesso dos mesmos nos cursos propostos nas etapas 5 em diante. Dessa forma, com o diagnóstico realizado pela etapa de nivelamento ficará fácil decidir quais materiais utilizar com cada grupo.

Para a IPES que oferta o material, será necessário prever:

- Pessoal para apoio Logístico, organização do material para disponibilização e compartilhamento com as outras IES.
- Pessoal para atividades pedagógicas: equipe pedagógica (inglês) para detalhamento dos níveis dos materiais.
- Assistência Jurídica especializadas em Direitos Autorais Internacionais
- Compra de direitos autorais para os materiais já produzidos que precisem ser regulamentados

Para a IPES que adotar o material, será necessário prever:

- Pessoal para revisão/leitor crítico: organização do material em suas plataformas e adequação pedagógica.

As IPES se organizam localmente para seleção do pessoal que se envolverá nesta etapa conforme suas necessidades.

Responsáveis: Comissão que organizará as ofertas das IPES em ambiente próprio e representantes da área de Língua Inglesa das IPES (federais e estaduais) que farão o compartilhamento de ideias e informações em ambiente virtual específico.

ALÍNEAS PREVISTAS:

- Pessoa Física/Bolsas

- Servidores: pagamento via folha (cursos e concursos)
- Pessoa Jurídica ou Física (assessoria jurídica para os direitos autorais e pagamento de royalties de textos e figuras citados nos materiais didáticos já produzidos)

4. LEVANTAMENTO, ROTEIRIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO DE MATERIAIS DISPONIBILIZADOS PELA INTERNET COM ACESSO LIVRE

Descrição: Criação de um portal dentro do domínio do MEC ou órgão público (como Portal de Periódicos da CAPES) com disponibilização de materiais didáticos que podem ser utilizados para a aprendizagem de língua inglesa. Nesta etapa, além do levantamento dos materiais e recursos disponibilizados na internet, será necessário qualificá-los e posteriormente classificá-los nos descritores do *Common European Framework*. Além disso, está prevista nesta etapa a roteirização dos materiais, ou seja, orientações pedagógicas realizadas por equipe especializada em ensino-aprendizagem de língua inglesa para utilização do material como autoestudo. A catalogação deverá ser a etapa posterior que permitirá o acesso dos roteiros e dos materiais em ambiente virtual público (portal ou repositório que poderá ser chamado de “Portal de Línguas”).

Além da disponibilização dos materiais, também foi previsto um serviço de ‘*coaching*’ para acesso e utilização dos materiais. Este serviço consistirá em um sistema de orientação que pode ser disponibilizado presencialmente ou on-line para estudantes dispostos a iniciar um processo de estudo autônomo. O programa incluirá seleção de bolsistas proficientes em língua inglesa e tecnologias digitais que nortearão os estudos desses estudantes, sugerindo ações produtivas no ambiente digital. A coordenação desta ação será realizada por cada IPES, mas tais ações serão compartilhadas em um ambiente digital (no futuro Portal de Línguas no MEC).

Responsáveis: IFES envolvidas na Comissão com equipe para pessoal de pesquisa, avaliação, roteirização e catalogação dos materiais gratuitos disponíveis na internet, incluindo consultoria em direitos autorais e suporte logístico e tecnológico (TI). O serviço de *coaching* poderá ser realizado por todas as IPES.

ALÍNEAS PREVISTAS:

- Pessoa Física/Jurídica/bolsas
- Pessoa Jurídica para alocação de Espaço Físico com infraestrutura disponível (mobiliário, internet, computadores) para as IFES que não apresentem disponibilidade de espaço.
- Material Permanente: caso seja necessária a aquisição de Storages para armazenamento dos dados.
- Pessoa Física ou Jurídica para criação ou adaptação de repositório já existente.

5. CURSOS INTENSIVOS

Descrição: Intensivo concentrado nas férias escolares (em blocos de 4 semanas) de 30 horas semanais presenciais, ofertadas localmente, com equipes de bolsistas proficientes em língua inglesa coordenadas pelas IPES. Sugerimos uma relação de 3 profissionais para cada grupo de 20 participantes. As turmas serão organizadas em níveis conforme o teste de nivelamento embasado nos níveis do *Common European Framework*. As IPES decidirão o material e a metodologia a serem utilizados.

A Comissão sugere, como contrapartida dos países parceiros, para qualquer uma das propostas (intensivo e imersão), a inclusão de auxílio de estrangeiros para compor a equipe, como exemplo os *fellows* da Embaixada Americana.

Responsáveis: IPES indicando oficialmente sua capacidade de atendimento ao projeto de Intensivo e quantitativo de estudantes com perfil para participar deste projeto que tenham sido candidatos. A Comissão indicará procedimentos a serem utilizados deixando facultado às IPES a aplicação dos procedimentos e adequações às suas realidades. A acomodação para os estudantes externos ou de EaD deverão ser de responsabilidade da IPES em parceria com os Diretórios Estudantis e com a setor de Assistência Estudantil.

ALÍNEAS PREVISTAS:

- Bolsas ou Pessoa Física para a equipe de elaboração, organização e execução da proposta
- Custeio - Alimentação para os estudantes participantes (R.U. das universidades e outras possibilidades)
- Pessoa Jurídica: Equipe de Segurança e limpeza
- Pessoa Jurídica: Traslados para os estudantes
- Diárias e Passagens: Estadia para as equipes de
- Material de Custeio para a preparação/reprodução dos materiais didáticos a serem utilizados
- Capital para aquisição de materiais didáticos/software/direitos autorais
- Contratação de “Fellows”

6. IMERSÃO

Descrição: Imersão de pelo menos 3 semanas em local reservado com acomodação e alimentação, ofertadas localmente ou instituídas por meio de polos regionais, com equipes de bolsistas proficientes em língua inglesa coordenadas pelas IPES. Sugerimos uma relação de 6 profissionais para cada grupo de 20 participantes. Como referência para participação nas imersões, utilizaremos o nível mínimo de B1, com prioridade para participantes com nível B1 e B2. Preparação do curso com ampla antecedência, sugerimos 60 dias.

Responsáveis: IPES indicando oficialmente sua capacidade de atendimento ao projeto de Imersão e quantitativo de estudantes com perfil para participar deste projeto que tenham sido candidatos. A Comissão indicará procedimentos a serem utilizados deixando facultado às IPES a aplicação dos procedimentos e adequações às suas realidades.

ALÍNEAS PREVISTAS:

- Bolsas e Pessoa Física: Equipe de elaboração, organização e execução da proposta
- Pessoa Jurídica: Traslados para os estudantes
- Material de Custeio: preparação/reprodução dos materiais didáticos a serem utilizados
- Capital: aquisição de materiais didáticos/software/direitos autorais
- Pessoa Jurídica: Locação de espaço físico apropriado e RESERVADO

A Comissão sugere que estudantes estrangeiros anglófonos que estejam nas IPES possam participar tanto do curso intensivo de férias como de imersão auxiliando os trabalhos da equipe, podendo haver processo semelhante de intensivo em cursos de Português para Estrangeiros, ou seja, metade da imersão seria para proficiência em língua inglesa e a outra metade para Português para Estrangeiros.

7. CURSOS SEMI-INTENSIVOS

Descrição: Oferta em fluxo contínuo com 12 horas semanais presenciais (duas horas de aulas diárias – segunda a sábado ou 3 horas, quatro vezes por semana, ou uma variação dessa proposta), ofertadas localmente, com equipes de bolsistas proficientes em língua inglesa, coordenadas pelas IPES. Sugerimos uma relação de 2 profissionais para cada grupo de 20 participantes. As turmas serão organizadas em níveis conforme o teste de nivelamento embasado nos níveis do *Common European Framework*. As IPES decidirão o material e a metodologia a serem utilizados podendo se utilizar dos materiais disponibilizados pelas etapas 2, 3 e 4. Os cursos poderão ser ofertados presencialmente ou à distância (ou um misto dos dois) conforme necessidade e possibilidade de cada IPES. Será necessário um coordenador responsável pela articulação e oferta desta ação em cada IPES.

Responsáveis: as IPES participantes

ALÍNEAS PREVISTAS:

OPÇÃO MODALIDADE EaD

- Pessoa Física/bolsa: Professor especialista para acompanhamento das atividades dos cursos a distância, na proporção 1 professor para 10 estudantes – 1 bolsa para cada 15 horas ou valor correspondente para PF/BOLSA.
- Pessoa Física/bolsa: Professor formador para capacitação em EaD dos professores que atuarão nos cursos.
- Custeio: materiais de orientação

OPÇÃO MODALIDADE PRESENCIAL

- Pessoa Física/bolsa: Professor especialista para acompanhamento das atividades presenciais, na proporção 1 professor para 15 estudantes – 1 bolsa para cada 15 horas ou valor correspondente para PF/BOLSA.
- Pessoa Física/bolsa: Professor formador para capacitação dos professores que atuarão nos cursos.
- Custeio: materiais de orientação
- Pessoa Jurídica: locação de espaço com infraestrutura necessária para as aulas em situação em que a IPES não disponha de espaço para as aulas presenciais.

ACÇÕES DE MÉDIO PRAZO – agosto de 2012 a agosto de 2013

Descrição: Nesta etapa, considera-se o consórcio das IFES participantes desta Comissão para customização dos cursos já existentes bem como a proposição de materiais pedagógicos para a oferta de cursos extensivos como proposta unificada atingindo os níveis A1, A2, B1 e B2, além da oferta de um curso para preparação para testes de proficiência. Os cursos irão atender um foco mais específico que é o da inserção de nossos estudantes em cultura acadêmica estrangeira.

1. Elaboração de material virtual totalmente produzido pela Comissão, organizando os níveis para os cursos extensivos;
2. Criação de uma plataforma unificada para a oferta de cursos on-line nacionalmente;
3. Acordos bilaterais com professores com formação específica na área, nativos, para reforço dos cursos – em função de parceria com a equipe das IPES.
4. Viabilização de um Banco de Material Didático para facilitar avaliar e escolher o material didático a ser utilizado, diminuindo o tempo para elaboração.
5. Elaboração de um teste de Nivelamento nacional realizado pelas próprias IPES.

Responsáveis: As IFES participantes da Comissão

ALÍNEAS PREVISTAS:

- Pessoa Física/Jurídica/Bolsas: equipe de preparação de material didático (especialistas e multidisciplinar)
- Pessoa Jurídica: Assistência Jurídica especializadas em Direitos Autorais Internacionais
- Pessoa Jurídica: Compra de direitos autorais para os materiais já produzidos que precisem ser regulamentados
- Material de Custeio: produção dos materiais e das mídias
- Pessoa Jurídica: Locação de espaço físico com a infraestrutura necessária para as IES que não apresentem condições para abrigar as equipes.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

A Comissão entende que uma proposta de longo prazo seja a garantia de podermos modificar a realidade do ensino de língua estrangeira-inglês em nossas escolas de Ensino Básico e, conseqüentemente, a realidade dos estudantes do Ensino Superior Público deste país por intermédio de ações coordenadas entre os diferentes setores educacionais. Entre essas ações previstas, a Comissão indica:

AÇÕES ARTICULADORAS:

1. Reunião dos representantes das diferentes comissões que estejam discutindo o ensino de língua estrangeira no país para que possam propor ações unificadas e articuladas, visando o fortalecimento de propostas que visem a contribuir para a melhoria da Educação Básica no que se refere ao ensino de LEM (Língua Estrangeira Moderna).
2. Constituição de consórcios entre IPES (incluindo as Universidades Estaduais e os Institutos Federais) para o desenvolvimento de várias ações e etapas dos programas em torno do CSF.
3. Garantia de que as ações de apoio a programas de internacionalização, como o “Ciências Sem Fronteiras”, devam ser de responsabilidade das universidades brasileiras e não de agências estrangeiras.

AÇÕES DE FOMENTO:

1. Ampliação do programa Ciências Sem Fronteiras para as Humanidades, incluindo a linha: Linguagem, tecnologias e inovação **ou** a criação de um projeto semelhante para as áreas das Humanidades.
2. Compromisso governamental em fomentar continuamente a produção e a inovação de material didático em diferentes mídias nas universidades contemplando as deficiências (visual, auditiva e física).
3. Criação de Portal de Línguas em ambiente próprio no MEC, com acesso a um banco de materiais e de objetos de aprendizagem, usando logística semelhante a do BNI.
4. Universalização dos cursos de LE (Língua Estrangeira) para todos os estudantes das universidades garantindo a institucionalização da oferta dos cursos nas IFES na matriz orçamentária e de recursos humanos do MEC, assegurando seu caráter de política permanente. Deverá ser prevista também a destinação de vagas para a área de línguas estrangeiras com o objetivo de se manter programas permanentes de oferta de cursos de idiomas para a comunidade universitária, promovendo a inclusão não somente de estudantes em programas como o Ciências Sem Fronteiras, mas também de pesquisadores (professores e estudantes de pós-graduação) na publicação e apresentação de trabalhos científicos em língua estrangeira.
5. Modificação de cargos para concursos públicos, prevendo novas profissões necessárias para o desenvolvimento das atividades indicadas nesta proposta, como webdesigners, Designers Instrucionais, Produtores e Revisores de Material Didático em mídias impressa, digital e virtual, para citar alguns.
6. Revisão da estrutura física das universidades para as aulas presenciais e para as equipes de apoio a estes cursos, uma vez que as IPES já se encontram com seu limite de atendimento ultrapassado com todos os cursos REUNI que foram implantados. Será necessária a destinação de verbas para obras e construções.

AÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS:

7. Pauta para discussão da qualidade do egresso das licenciaturas, revendo referencial de carga horária mínima de disciplinas em língua estrangeira nos cursos de licenciatura para formação dos professores de línguas estrangeira.
8. Criação de Programa de intercâmbio de professores de LEM com outros centros de formação no Brasil (mobilidade nacional), que envolva professores de todos os níveis da educação brasileira. Como por exemplo, estágios no ETS para melhor conhecimento da estrutura e funcionamento do TOEFL ou nos Centros de Línguas das IPES parceiras visando articulação de metodologias.
9. Criação de um Programa de Estágio obrigatório no exterior (no mínimo um semestre letivo) para aperfeiçoamento de sua proficiência e vivência cultural.
10. Modificação da produção de questões de língua estrangeira do ENEM, descritas em português, mas que devem ser na própria língua estrangeira.
11. Revisão da matriz de referência do ENEM; especificamente dos descritores da competência 2 - *“Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais”*.
12. Instituição de uma política para o ensino de língua estrangeira na Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

A Comissão, por estar representada também por administradores que executam as verbas públicas em suas IPES, vem solicitar à esta Secretaria que busque soluções para os impasses de execução administrativa, como descrito a seguir:

- **Problemas de pagamento de bolsas** – vinculação do bolsista com a IPES (muitos não apresentam mais este vínculo) e o acúmulo de bolsas (todas as IPES estão envolvidas com vários programas com recebimento de bolsa o que inviabiliza a execução do projeto). Incluir a possibilidade de professores aposentados poderem receber bolsas.
- **Problema de pagamento de Pessoa Física** – servidores não conseguem receber como Pessoa Física e algumas Fundações não permitem pagamento de bolsa com verba pública.
- **Liberção das verbas** com prazo necessário para execução este ano.
- **Vagas de professores temporários** para auxílio na participação dos professores efetivos durante a execução do projeto, sem que isso interfira no banco de equivalentes, até que se institua uma política de institucionalização do programa, com a criação de cargos efetivos.
- **Recursos** para compra de direitos autorais e de softwares específicos para desenvolvimento das atividades.
- **Recursos** para locação de salas e equipamentos para as IPES que apresentarem dificuldade de execução da proposta por falta de espaço físico.

CRONOGRAMA E PLANO DE ATIVIDADES

AÇÕES DE CURTO PRAZO

ETAPA 1 – Levantamento Diagnóstico – IFES – maio 2012

ETAPA 2 – Teste de Nivelamento – junho 2012

ETAPA 3 e 4 – Junho, Julho e Agosto de 2012

ETAPA 5, 6 e 7 – Agosto a Fevereiro de 2012

AÇÕES DE MEDIO PRAZO

De julho de 2012 a abril de 2013

AÇÕES DE LONGO PRAZO

Agenda a ser discutida com a SESU

FIGURA REPRESENTATIVA DO CONSELHO DAS IPES NO AMBIENTE VIRTUAL – MOODLE

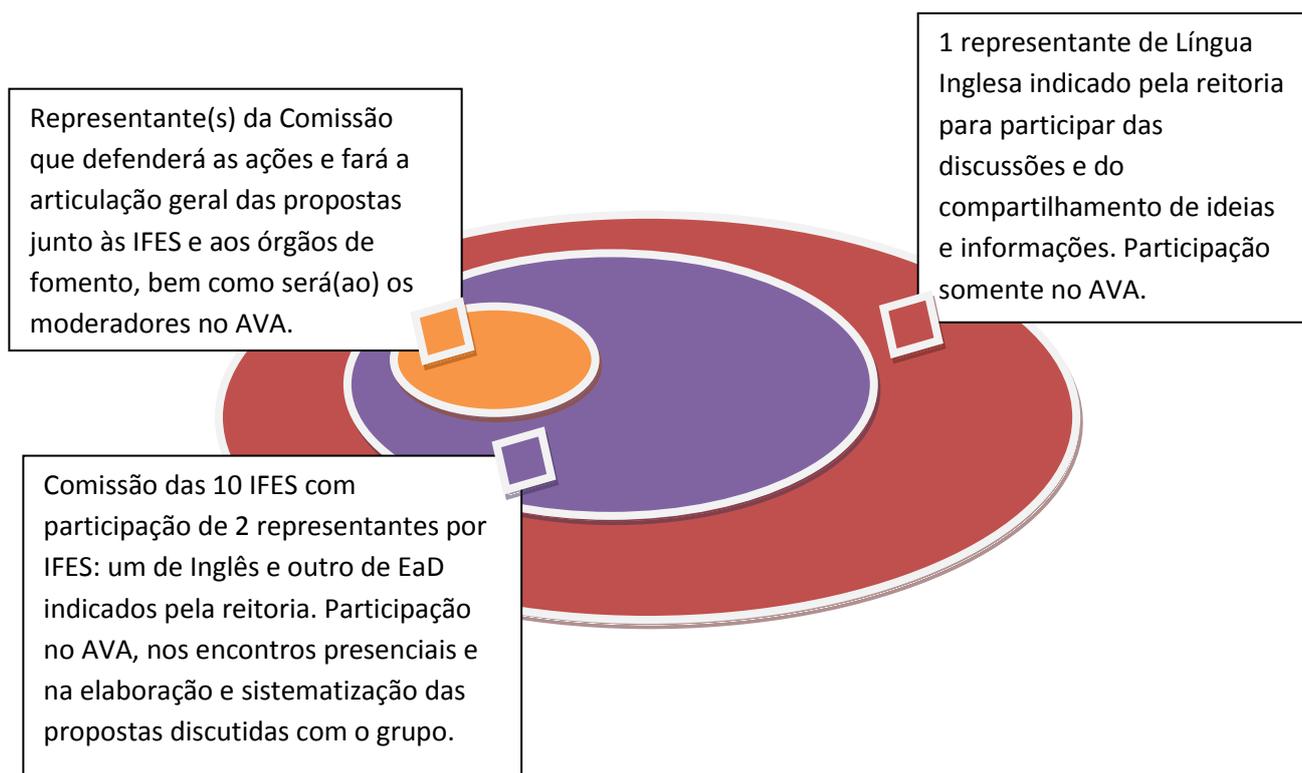
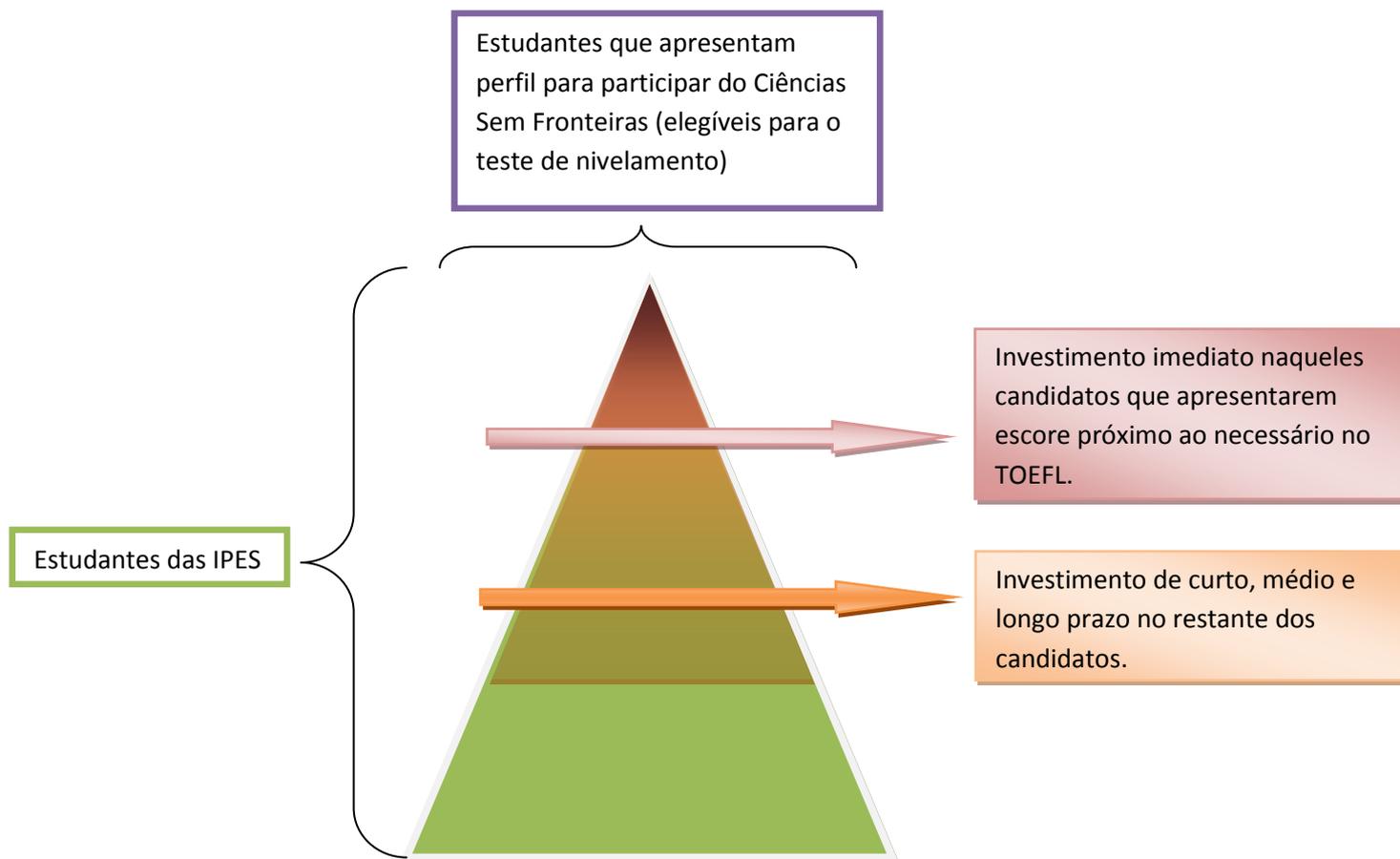


Figura sobre o Levantamento Diagnóstico e de Nivelamento nas IPES



Brasília, 3 de maio de 2012

IES	EQUIPE DE LINGUA INGLESA	EQUIPE DE EaD*
UFSCar	Denise Martins de Abreu e Lima e Sandra Gattolin	Denise Martins de Abreu e Lima
UFMG	Vera Menezes e Deise Dutra	Wagner Corradi
UFU	Waldenor Moraes Filho e Valeska Soares Freitas	Maria Teresa Menezes Freitas
UFRGS	Simone Sarmiento	Silvestre Novak e Luiz Segóvia Gonzalez
UFSC	Celso Tumolo	Eleonora Falcão Vieira
UFF	Katia Modesto Valério	Celso Costa
UFMT	Danie Jesus	Carlos Rinaldi e Alexandre dos Anjos
UFC	Vlândia Borges	Henrique Pequeno
UFPE	Ana Maria Cabral	Sonia Sette
UnB	Mariney Pereira Conceição	Maria Lidia Fernandes

- Para esta reunião foi solicitada a presença dos coordenadores UAB das IFES participantes da Comissão, não sendo necessariamente aqueles que irão coordenar os trabalhos desta proposta no momento de sua implantação.

CONTATOS: Profa. Denise Martins de Abreu e Lima – denisem@ufscar.br (16-92106207), Prof. Waldenor Moraes Filho – waldenor@ufu.br, prof. Wagner Corradi – wbcorradi@ufmg.br